

ameaças de morte. O número de ocupações cresce em todas as regiões, exceto no Norte. O Nordeste lidera o de invasões (244), das quais mais de 50% acontecem em Pernambuco, sobretudo na Zona da Mata (ver gráfico na pág. ao lado), fato atribuído à crise do setor de açúcar e álcool e à seca. Em seguida vem o Sudeste, com 137 invasões, das quais 78 só em São Paulo. Nas regiões Sul e Centro-Oeste, os estados com maior número de ocupações são, respectivamente, Paraná e Mato Grosso do Sul.

Posses da terra e reforma agrária • Durante a colonização, Portugal concede terras de domínio público em regime de sesmarias. Com o crescimento da agricultura extensiva voltada para a exportação, os ganhos de produtividade passam a depender da ocupação contínua de novas terras.

No Império, a Lei de Terras estabelece que as áreas devolutas (públicas) só podem ser adquiridas por compra, não mais por ocupação. Além disso, a legalização restringe-se à parte efetivamente explorada, e não a áreas desocupadas. Essa legislação aumenta a concentração fundiária. Após a proclamação da República, os grandes proprietários continuam a acumular novas terras.

Só nos anos 50, com a organização dos trabalhadores rurais em sindicatos e a criação das Ligas Camponesas, a questão da distribuição de terra ganha visibilidade política. Na década de 60, o governo João Goulart anuncia o lançamento das reformas de base, começando pela reforma agrária. Logo após a implantação do Regime Militar é criado o Estatuto da Terra (1964) e, em 1970, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para coordenar a revisão da estrutura agrária e promover a ocupação da Amazônia. O aspecto de colonização acaba superando a reforma agrária.

Nos anos 70, as reivindicações por reformas aumentam, e os agricultores sem-terra começam a organizar as primeiras invasões para pressionar o governo. Surge então o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a mais importante organização popular de luta pela reforma agrária. Os proprietários também se mobilizam e criam a União Democrática Ruralista (UDR). Com a redemocratização do país, os governos começam a promover maior número de assentamentos. Em 1988, a Constituição determina que a grande propriedade que não cumprir sua função social pode ser desapropriada para fins de reforma agrária.

Distribuição de renda

O Brasil é o país que apresenta a maior concentração de renda entre 174 nações analisadas pelo relatório de 1999 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). A renda per capita anual dos 20% mais pobres - 578 dólares, quase igual à de um Estado africano como a Tanzânia - é 37 vezes menor que a dos 20% mais ricos - 18.563 dólares, equivalente à de uma nação europeia como a Suécia (ver tabela na pág. 144). O primeiro grupo dos rendimentos nacionais, enquanto o segundo concentra 64,2% do total, de acordo com dados do Banco Mundial de 1999. Esses estudos ligam a concentração de renda à má distribuição da educação - apesar de um percentual insignificante da população

tem acesso à boa formação profissional e, consequentemente, aos melhores postos de trabalho e rendimentos. Essa pequena parcela consegue transferir a educação de qualidade às gerações seguintes, perpetuando o acúmulo de riqueza e mantendo a exclusão da maioria.

Uma das consequências da alta concentração de renda é o grande número de pessoas que vivem em situação precária, sem acesso às condições mínimas de saúde, educação e serviços básicos. Em 1998, cerca de 15% dos brasileiros são analfabetos, 21,2% não contam com rede de distribuição de água e 36,1% estão privados de redes de esgoto ou fossas sépticas.

Pobreza • Em 1999, cerca de 57 milhões de brasileiros - o equivalente a 35% da população - vivem em condição de pobreza, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O órgão considera pobres aqueles que possuem renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo (68 reais) mensal. O estudo *Uma Fotografia Recente da Pobreza Brasileira*, do economista Marcelo Neri, pesquisador do Ipea e coordenador do Instituto de Estudos do Trabalho e da Sociedade (IETS), mostra que a porcentagem de pobres diminuiu de 33% para 25% entre 1994 e 1996, mas volta a crescer a partir de 1997. Em 1998 alcança 27,5% dos brasileiros. O decréscimo é atribuído aos ganhos de renda das camadas mais pobres propiciados pela implantação do Plano Real, em 1994. Em 1997, no entanto, essas vantagens começam a se deteriorar em decorrência, principalmente, dos juros altos e da recessão. A pesquisa classifica como pobres aqueles cuja renda familiar per capita é insuficiente para adquirir alimentos de primeira necessidade e custear despesas básicas, como habitação e transporte. Esse custo foi estipulado em 132 reais em setembro de 1996, o que corresponde a 148,98 reais em junho de 1999.

A queda no número de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza durante os primeiros anos do Plano Real também é confirmada pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), ligada à ONU (Organização das Nações Unidas). A Cepal considera que se encontram nessa situação todos aqueles que sobrevivem com menos de 100 reais mensais. Entre 1990 e 1996, o número absoluto de pobres diminuiu de 67,5 milhões para 55 milhões. No mesmo período, a quantidade de indigentes (quem vive com menos de 50 reais mensais) também apresenta retração, de 33 milhões para 21,4 milhões.

IDH • O índice de desenvolvimento humano (IDH) é um indicador elaborado pela ONU para medir e comparar a qualidade de vida em todos os países. O cálculo é feito com base em estatísticas de educação (grau de escolaridade), saúde (expectativa de vida) e rendimento (renda per capita). No relatório de 1999, com dados referentes a 1997, o Brasil ocupa o 79º lugar entre 174 países, com IDH de 0,739 (ver tabela na pág. 144). A escala varia de 0 a 1 - quanto mais próximo de 1, melhor é a qualidade de vida. Entre os estados brasileiros, o Piauí é o que apresenta o mais baixo IDH (0,534). O Distrito Federal e o Rio Grande do Sul possuem os melhores índices (0,869) (ver Indicadores econômicos e sociais dos estados brasileiros).

Combate à pobreza • A melhoria das condições de vida das populações mais pobres deve-se, sobretudo, às iniciativas da sociedade civil e de prefeituras.

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NOS PAÍSES*

PAÍS	RENDA PER CAPITA (US\$) 1980-1994		PROPORÇÃO DOS 20% MAIS RICOS PARA OS 20% MAIS POBRES
	20% MAIS POBRES	20% MAIS RICOS	
Índia	527	2.641	5,0
Canadá	5.971	42.110	7,1
China	722	5.114	7,1
França	5.359	40.098	7,5
Estados Unidos	5.800	51.705	8,9
Reino Unido	3.963	38.164	9,6
México	1.437	19.383	13,5
Federação Russa	881	12.804	14,5
Chile	1.558	27.145	17,4
África do Sul	516	9.897	19,2
Panamá	589	17.611	29,9
Brasil	578	18.563	32,1

*Países selecionados. Fonte: Pnud

ras. Essa é a avaliação do Banco Mundial, que, em maio de 1999, divulga dez experiências bem-sucedidas de combate a pobreza desenvolvidas em 11 estados brasileiros. A seleção foi feita em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Dos dez projetos escolhidos, sete contam com a participação da prefeitura local. A maior parte dos programas adota a mesma estratégia para reduzir a pobreza: organizar e capacitar pequenas comunidades, reunindo-as em cooperativas para facilitar a obtenção de crédito. As experiências selecionadas são: Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente (BA), Projeto de Couro Vegetal da Amazônia (AC e AM), Projeto Pescar e Instituição Comunitária de Crédito Portosol (ambos no RS), Casa de Apoio a Mulher Adolescente (PI), Bolsa-Escola (DF), Programa de Saúde da Família (PB), Introdução do Catador de Papel no Mercado de Reciclagem de Lixo (MG), Sistema Integrado de Saneamento Rural (CE) e Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local (CE e PE).

Conforme levantamento realizado em 1998 pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e pela pesquisadora Ana Maria Fonseca, do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), cerca de 700 mil pessoas, o que corresponde a aproximadamente 139 mil famílias, estão recebendo algum tipo de complemento de renda por meio de projetos financiados por governos estaduais e, principalmente, municipais. A maioria dos beneficiados tem renda familiar inferior a um salário mínimo, e em todos os casos existe a obrigatoriedade de as crianças entre 7 e 14 anos frequentarem a escola. São Paulo é o estado com o maior número de programas municipais em funcionamento.

Renda mínima • O Programa de Garantia de Renda Mínima, mais importante iniciativa do governo federal para combater a pobreza, prevê o repasse de recursos para municípios carentes que queiram implementá-lo em parceria com a União. O governo federal encarrega-se da metade do valor do benefício e os outros 50% ficam a cargo do município. Têm direito a ele famílias com renda mensal per capita inferior a meio salário mínimo (68 reais) e que tenham crianças de 7 a 14 anos matriculadas na escola. O programa foi criado em dezembro de 1997, mas os primeiros convênios são assinados apenas em abril de 1999. A meta para o ano é atender 1,4 milhão

de famílias em 1,2 mil municípios. Até outubro, no entanto, são beneficiadas somente 298 mil famílias de 573 municípios. O valor repassado pelo governo federal é de 30,6 milhões de reais, e cada família recebe em média 35,60 reais (o mínimo estabelecido por lei é de 15 reais por família).

Outras propostas • Vários projetos para combater a pobreza tramitam atualmente no Congresso Nacional. O imposto sobre grandes fortunas, sugerido em 1989 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso quando era se-

ador, propõe a tributação anual de patrimônios superiores a 2 milhões de dólares. O valor pago pode ser deduzido do Imposto de Renda. Já aprovado no Senado Federal, até novembro de 1999 estava à espera de votação na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Ainda em 1989, o Partido dos Trabalhadores (PT) propõe a criação do Imposto de Solidariedade sobre Patrimônios Familiares superiores a 40 milhões de reais e Empresariais acima de 100 milhões de reais. O tributo, com alíquota de 10%, deve incidir um única vez (pago em quatro parcelas anuais) e não permite a restituição do valor pago. Em 1991, o PT propõe também o Imposto de Renda Negativo, uma complementação de renda que beneficiaria quem recebe até três salários mínimos. O projeto está em discussão na Comissão Especial de Reforma Tributária da Câmara. Outro projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), apresentado em 1992, garante rendimento mínimo a todos os cidadãos maiores de 25 anos. Já aprovado pelo Senado, está na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. Em julho de 1999, o presidente do Congresso Nacional, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), sugere a criação do Fundo de Combate e Erradicação à Pobreza. A idéia é tributar empresas com faturamento mensal igual ou superior a 1 milhão de reais - no percentual máximo de 1%, dedutível do Imposto de Renda até o limite anual de 100 mil reais - com o objetivo de acabar com a pobreza no país até 2010. Em novembro de 1999 o projeto tramitava no Senado.

IDH CLASSIFICAÇÃO DOS PAÍSES - 1997

POSICÃO	PAÍS	IDH
1º	Canadá	0,932
2º	Noruega	0,927
3º	Estados Unidos	0,927
4º	Japão	0,924
5º	Bélgica	0,923
79º	Brasil	0,739
170º	Burundi	0,324
171º	Burkina Fasso	0,304
172º	Etiópia	0,298
173º	Niger	0,298
174º	Serra Leoa	0,254

Fonte: Pnud